
6 – O TERRITÓRIO NO CONTEXTO DA REALIDADE CAMPONESA

De repente, parece que tudo mudou. Todos mudaram em face da terra. Não era mais a ocupação, a posse a moradia, a roça, a criação, o conhecimento no lugar, a vizinhança, que garantiam a “propriedade”. Havia de ter papel, documento, título, prova, escritura, para que a propriedade fosse propriedade. De repente, a gente não sabe mais de quem é a terra da gente. O homem e a terra estranharam-se (In: IANNI, 1978, p. 154)

6.1 A significação da terra para o camponês

O campesinato amazônico-acreano, como vimos, é produto de um processo de recriação produzido ao longo da formação socioespacial regional. Isso se deu por dinâmicas de conflitos na reconstrução da autonomia, no processo de conquista de seu espaço vivencial, ao longo de mais de um século de ocupação e reprodução nesta parte da Amazônia. Aqui vamos voltar um pouco no tempo para entender isso.

Um aspecto importante, ressaltado por **Gonçalves** (1998), é que durante a vigência da economia extrativista da borracha, o seringal se coloca como território do capitalista, personificado no “patrão”. Sob o signo da dominação, as dimensões que caracterizam as relações com os trabalhadores locais nos seus espaços de trabalho ficavam submetidas à coação do poder hegemônico do seringalista. Todavia, isso não significou atitude de total passividade, por parte dos trabalhadores, perante o poder de coação do seringal, as revoltas, as fugas e contravenções no seringal (com a inclusão de objetos pesados no meio dos produtos) foram exemplos dessas reações. Por outro lado, nem tudo era hostilidade. Em muitas situações se estabeleciam relações de compadrio entre o trabalhador e o patrão. Era uma “honra” para muitos seringueiros que seus filhos fossem batizados pelo seringalista ou até pelo marreteiro. E quando o patrão se mostrava mais compassivo e menos explorador, normalmente diziam que ele era como um “pai” para todos.

Nessas ressalvas chamamos a atenção para o fato de que a questão da formação de territorialidades na floresta se deu numa condição humana em que o bem e o mal não se colocam como propriedades unilaterais. É preciso desfazer a imagem do “bom” trabalhador e do “mau” patrão e vice versa, e vê-los como humanos que eram e são. Na verdade, enquanto forças produtivas, o processo de concretização desses sujeitos se dava em relações de trabalho, pelas quais perpassavam poderes de *dominação* e *coação*, de *exploração*, mas também de *respeito*, *submissão* e *comprometimento*.

Portanto, houve dinâmicas que se produziram no âmbito da reprodução socioespacial como modo de (re) construir a autonomia¹ coletiva do campesinato no contexto produtivo da floresta. Havia um projeto social na firmação de territórios camponeses na floresta e que aflorou nos momentos em que ocorreram as crises na economia da empresa extrativista, pois era quando se permitia aos seringueiros diversificar suas atividades e, inclusive, plantar o roçado.

Para o camponês amazônico-acreano, na construção de sua territorialidade, enquanto parte desta autonomia projetada do território de vivência, essa se forma sob estes fortes laços opressores dos seringais; isso, com raras exceções àqueles grupos que, desde os primeiros anos do século XX, iniciaram trabalhos em pequenas colônias agrícolas. Os conflitos gerados, nesse contexto, não ameaçavam, no plano territorial, a base física da vivência camponesa florestal, processando-se mais no plano da circulação de mercadorias, sendo que a autonomia da qual gozava a “colocação” no sistema de aviamento dava-lhes condições de conviver com os agentes capitalistas remanescentes dos seringais.

Conforme **Almeida**² (1988), esse sistema produtivo do seringal permaneceu em operação mesmo depois que a borracha natural se tornou pouco significativa na economia mundial. Dois aspectos explicam essa situação: primeiro, porque houve, ao longo desses anos de crise (sobretudo após 1920), a adaptação da população local, semi-abandonada pelas forças hegemônicas dos seringais, a um sistema econômico que se baseava no uso e na exploração da floresta em atividades capazes de operar em níveis mínimos de articulação com o mercado; e, segundo, porque as elites locais conseguiram para si o apoio do Estado, garantindo ganhos reais e ainda se beneficiando do fato de que a manutenção do sistema produtivo dava-lhes condições de manutenção de seus “títulos” de propriedades em vigor ao mesmo tempo em que mantinham seus territórios povoados.

A profunda relação criada entre seringueiros e as terras florestais em que viviam, nos sistemas produtivos remanescentes dos seringais, fez com que estes, ao serem ameaçados pela mudança da nova frente capitalista pós-1970, reagissem de imediato. Assim,

¹ - Estamos entendendo que o sentido de autonomia camponesa se refere à condição de que estes sujeitos sociais, ao longo de sua reprodução no espaço da Amazônia-acreana, se estruturam em dimensões que dão-lhes condição de agir como senhores de suas ações, isto é, de que sejam eles próprios seus administradores. Nisso, a autonomia é um processo construído em dimensões como: de decisão na produção, com base na força de trabalho e em conhecimentos postos a serviço de sua reprodução integral (dimensão dos valores, saberes, conhecimentos pautados em um modo de vida); de domínio de seu próprio espaço ou território específico e que permite ações conservadoras e/ou inovadoras do trabalho e da aplicação dos conhecimentos acumulados na sua reprodução do lugar (dimensão do domínio sobre o território e sobre o espaço vivencial); e, de gerir o próprio tempo de trabalho conforme suas conveniências (dimensão de domínio temporal sobre atividades de trabalhos familiares) (ALMEIDA, 1999).

saem em defesa dos padrões produtivos extrativistas, mas não pautados no seringal e sim na colocação como unidade produtiva. Essa já é concebida enquanto espaço físico no qual sua territorialidade se materializava, ou seja, territorializava como concretização definitiva da *espacialidade* de sua reprodução familiar. As reações agora já não são mais por meio de rebeldias e contravenções como mencionamos, mas tornam-se ação conjunta e coletiva contra as possibilidades de perderem as condições que socialmente foram conquistadas, isto é, de ser e viver como um campesinato que ao longo das últimas décadas vividas venceu processos opressivos e forjou um modo de vida a partir da floresta (no sentido de um *habitus florestal*).

Assim, após 1970, a resistência contra a transformação dos seringais em fazendas se dá como resposta às formas com que esses grupos de trabalhadores locais foram abordados pelas forças de rearticulação recente do capital na região. Os *empates* ganharam condições como ações coletivas representando, no construto do simbólico social da luta, formas de *reafirmação da terra florestal* como espaço de seu modo de vida; esse fato ia no sentido daquilo que **Fernandes** (2001, p. 63, com base em Eric Hobsbawm), tratou como processo de “ocupação da terra” do tipo “recuperação ou terra de trabalho reconquistadas”, perante o novo processo de territorialização do capital, sobre espaços vivenciais camponeses.

Nesses momentos, podemos dizer que a luta ganha um caráter territorial, pois passa-se a lutar tendo como meta fundamental a conquista do reconhecimento de sua terra de trabalho. A luta busca, então, resgatar a necessidade de garantir sua condição de existência também no plano territorial. O movimento começa a perceber que o domínio do território no conjunto das relações dos seringais já não é mais determinante; o seringal, enquanto unidade fundiária, passava por modificações na forma do exercício de seu domínio. A territorialidade seringalista se esgotava e seus agentes transferiam o domínio da terra para o fazendeiro. No plano do exercício do poder de proprietário fundiário sobre o território da grande propriedade significava mudanças drásticas: por um lado, renegava-se a dimensão mais qualitativa do território produtivo do seringal pautado na quantidade e capacidade produtiva da floresta, por outro, pautava-se agora na dimensão mais quantitativa fundamentada numa visão superficial do tamanho da área em hectares e nas qualidades pedológicas e geomorfológicas do terreno para a formação das fazendas e colônias.

Isso mexia com a condição da relação com o espaço de vivência conquistado ao longo de anos pelos seringueiros. Para esses trabalhadores locais, se o interesse pela terra agora se dá valorizando a extensão superficial, então é preciso garantir o domínio sobre *a terra para o trabalho* e para *a vida na floresta*. Isso viria como condição de transformar o longo processo de formação da territorialidade camponesa florestal, assentada

sob a “colocação” em território reconhecidamente de seu domínio, de *exercício de poder social* que se projeta da floresta. A nosso ver, esta dimensão territorial é condição básica para compreendermos o sentido da formação de autonomia local, no conjunto da luta nos movimentos dos trabalhadores organizados na Amazônia-acreana. É a essa busca que nos dedicaremos nessa parte do trabalho

6.2 – A conquista e garantia do território

Houve uma longa história no processo de formação política do território acreano, envolvendo lutas e sangrentas batalhas até a incorporação do Acre pelo Brasil em 1903. A expressão da conquista se manifestou quando interesses internacionais fizeram produtivas essas áreas, que eram localizadas no plano cartográfico continental como “*tierras non descubiertas*” (CALIXTO, SOUZA, SOUZA, 1985) e que, no entanto, a maior ironia disso, era que sabiam onde se localizava. Ocupadas por brasileiros, mão-de-obra alocada para a extração da borracha, ao ter interferências estranhas (estrangeiras) no espaço de trabalho, despertou nos capitalistas a necessidade de defender os interesses próprios. Então, sob o resgate das origens brasileiras, florescem aspectos da nacionalidade que permeiam as lutas contra os bolivianos. Tem-se nesse processo a definição prévia das terras acreanas, no plano político. Todavia, apenas chamamos atenção para o processo, mas não é esta discussão de território (como campo político administrativo) que temos como propósito nessa exposição. Queremos vê-lo no âmbito do embate e do exercício da alteridade social, no âmbito da estratégia das lutas e movimentos sociais, enfim, como materialidade do exercício de poder².

Nesta conjuntura, no plano da formação socioespacial, tem-se a definição de territórios econômicos e sociais que processualmente vinham se formando desde os princípios da implantação da economia extrativista da borracha. É através desses aspectos que queremos enfatizar a questão da formação de territórios de exploração para o trabalho e territórios de exploração para o capital³. Estes processos tornam-se fundamentais, visto que deste embate,

² - Cabe salientar que não estamos adotando o conceito de um autor específico, mas, como já referimos, temos como referenciais para esta concepção **Becker** (1983), **Raffestin** (1993), **Santos** (1996) e **Gonçalves** (1998), sob ponto de vista transversal.

³ - Conforme **Gonçalves** (1998), a categoria de território tem uma larga aplicação e, por consequência, sentidos múltiplos. Neste estudo, o autor faz uma longa explanação dessa questão, mostrando como esta categoria torna-se fundamental na Geografia desde os trabalhos de F. Ratzel no século XIX, até suas aplicações na análise sobre a territorialidade acreana, no contexto das dinâmicas socioespaciais promovidas pelos movimentos sociais, já no âmbito da frente pioneira agropecuária pós 1970. Nesta conjuntura, ressalta que no Acre os vários sentidos de territórios se fazem presentes “na memória e na prática dos “diferentes sujeitos sociais”, o que de certa forma estaremos tentando entender aqui.

forjam-se os domínios das disputas por poderes⁴ em momentos da inserção territorial de processos sociais (SANTOS, 1996), na espacialização da luta pela terra (domínios) por trabalhadores organizados *versus* forças capitalistas, expressando-se diferentemente no tempo e no espaço na Amazônia-acreana. Nesta região, não se ocupou um território já definido nem no plano político nem no econômico. Ele será produto de lutas, de choques de interesses para sua afirmação (GONÇALVES, 1998), sobre áreas e recursos que só na segunda metade do século XIX justificava-se o princípio de sua ocupação por frentes pioneiras motivadas por interesses internacionais; ocupação esta que se viabilizou a partir do território brasileiro.

Neste sentido, no âmbito da ocupação econômica, o território que forma o Acre e áreas circunvizinhas foi constituído como espaço produtivo, inicialmente com formação das empresas extrativistas - os “seringais empresas” (GONÇALVES, 1998). O capital territorializa para produzir formando os seringais; nisso estabelece a dimensão espacial de sua atuação como latifúndios; ao mesmo tempo, com o deslocamento de mão-de-obra nordestina para a floresta, detém-se o domínio sobre o trabalho. O território do capital se forma, mas produz o germe de sua negação quando tem que obter braços obreiros para se operacionalizar: então, institui a *colocação* que seria *o princípio da formação da territorialidade do camponês na floresta*.

Pode-se entender que os territórios que começam a se formar são produtos construídos por práticas sociais e econômicas. Pode-se dizer, então, que os seringais, enquanto instâncias de poder, de circulação de mercadorias e de pessoas, no embate das relações travadas, é também produto consumido, vivido e utilizado como meio que sustenta as práticas sociais (BECKER, 1983) e econômicas que se estabelecem.

6.2.1 – O seringal e a colocação.

No processo geral admitimos que a instituição do território do capital engendra gêneses de contradições socioespaciais que se materializam nos interesses de forças produtivas antagônicas que se confrontam. Se a configuração territorial é “uma totalidade” (SANTOS, 1996), então a realidade que tratamos principia dos seringais, refletindo uma multiplicidade de relações de trocas recíprocas entre o homem e a natureza amazônica, sob égide do capital. Todavia, a reprodução não é somente de “homem econômico”, mas também

⁴ - É bom salientar aqui que o *poder*, neste caso, não se refere ao Estado, embora este também o detenha. O *poder*, no sentido do *exercício do domínio*, apresenta-se como manifestação que ocorre em dimensões relacionais. Conforme RAFFESTIN (1993), o *poder é um processo de troca* ou de *comunicação*, em relação estabelecida em duas instâncias (pólos) que se colocam frente a frente em condições de co-operação ou de confronto, criando-se aí campos de poder que organizam os elementos e as configurações.

social, cultural e espiritual. Assim, consideramos que os processos socioespaciais são instituintes dos territórios forjados a partir desta multidimensionalidade.

Na conjuntura dessa produção socioespacial, a territorialização de forças econômicas e o forjamento de forças sociais na floresta produziram o surgimento de territorialidades diversas em territórios diversos. Com o seringal – a empresa extrativista – institui-se o território e a territorialidade dos seringalistas que sobrepõem as forças sociais produtivas dos trabalhadores, forjados a produzir sob relações de trabalhos compulsórios. Contudo, abre possibilidades para a vivência desses trabalhadores que forçadamente tem que conviver na floresta e com as florestas. Então, o contato com a terra e a solidão das estradas de seringa na floresta resguardam legados da territorialidade de camponeses sertanejos nordestinos que perpassam por suas angústias, suas lutas cotidianas e pelas relações que estabelecem com o novo ambiente natural que tem para dominar. Portanto, entendemos que sob o domínio da territorialidade seringalista (conforme **Gonçalves** [1998], corresponde ao período de 1870 a 1912-20), a territorialidade seringueira estava plantada na *colocação* como legado da herança camponesa desses trabalhadores em sua recriação como segmento social na floresta. Nisso vemos residir o caráter renovador que se depreende do *habitus* (BOURDIEU, 2001) de permitir o resguardo de relações sociais pretéritas e de sua recriação em conjunto com novas relações quando afloram as condições objetivas para a existência territorial da classe camponesa na floresta.

A territorialidade seringalista foi forjada pelo financiamento estrangeiro viabilizando seus negócios na região, mas suprimindo no geral a territorialidade de grupos e nações indígenas que antes ocupavam esta área. Seu princípio, na região acreana, está entre 1850 e 1870, quando se inicia a exploração dos rios Juruá e Purus, por negociantes de borracha. Nessa fase inicial, a produção da borracha avança no sentido das terras estrangeiras dos médios e altos cursos desses rios. Mas, ainda em terras amazonenses, as populações indígenas (caboclos) já trabalhavam na extração do látex, o que viabilizou a ação inicial desses comerciantes (ALMEIDA², 1988). Todavia, a população indígena, com poucas exceções, não aceitou a dominação imposta pelos exploradores que chegavam, e que além da sua produção queriam também seu território, seus recursos e às vezes até suas mulheres⁵.

São essas as colunas sobre as quais a fronteira política brasileira estendeu nossos domínios territoriais, ora fixando primeiro as bases de um domínio político para o econômico, ora fixando domínios econômicos para posteriormente firmar as bases políticas.

⁵ - As mulheres, quando capturadas, tornavam-se “mercadorias humanas”, negociadas nos seringais da região das atuais terras amazônicas-acreanas.

Os nativos, que na maioria das vezes eram empecilhos ao trabalho das empresas, foram semi-eliminados e a mão-de-obra externa implantada. Em terras da atual Amazônia-acreana, com isso, formavam-se as bases de forças trabalhadoras providas do Nordeste brasileiro, mas com uma certa participação de indígenas remanescentes (capturados ou das poucas tribos que se submeteram ao domínio do seringal). Tiveram-se aí então os alicerces sociais, ambientais e culturais das bases humanas de sustentação⁶ do sistema produtivo regional.

Já por volta de 1860/1870, a demanda pela borracha natural no mercado mundial foi grande, e o acúmulo de riqueza de comerciantes e seringalistas já era considerável para o início da entrada mais intensiva nas terras acreanas. Perante as crises que se viviam no Nordeste, com a mão-de-obra liberada no sertão em face dos problemas econômicos, a injusta estrutura agrária sertaneja e ainda agravada pela seca que assolava o sertão, o Governo Imperial Brasileiro, impulsionado pelos interesses capitalistas internacionais, direciona estes fluxos migratórios de força-de-trabalho para a Amazônia. Assim são deslocados milhares de pessoas que, p.e., segundo **Almeida** (1988), só no ano de 1878 teriam sido de 54.000 indivíduos. O Juruá, o Purus e o Madeira seriam “os rios da borracha”, território do maior potencial de árvores nativas nas florestas, o que propiciou ser área privilegiada para a territorialização dos seringais, tanto em terras brasileiras como estrangeiras. O crescimento da produção se fez por simples expansão da área trabalhada, mesmo que isso significasse custos maiores devido à distância (ALMEIDA¹, 1988), o que compensava aos capitalistas pelo grau de exploração que submetiam a mão-de-obra em sistema semi-escravo⁷ (MARTINS, 1991; 1997).

A economia interna ao seringal funcionava praticamente na base de créditos aviados entre o trabalhador que devia e o seu credor – o seringalista. As transações basicamente consistiam em relações de troca: troca da borracha por víveres e ferramentas, numa hierarquia que interligava o produtor em sua base, na colocação, passando pelo

⁶ - Quando nos referimos a estas dimensões humanas, tratamos muito mais de que a mão-de-obra produtiva, mas das bases da formação populacional, em suas dimensões de relação entre valores socioculturais diversos, no aprendizado da vida de trabalho na floresta; nas relações com o ambiente amazônico em sua diversidade; na relatividade do tempo; na continuidade de legado da herança camponesa nordestina; na formação daquilo que **Albuquerque** (2001) chama de sócio-biodiversidade. Ainda, com base nas teses de **Bourdieu** (1974), podemos dizer que aí iniciam-se os fundamentos do que constituirá, no conjunto, as raízes do “capital simbólico”, que hoje percebemos e lhes atribuímos valores no processo de produção e construção da identidade e da territorialidade de camponesa local.

⁷ - É importante ressaltar que nesta fase de domínio primordial da territorialidade seringalista, o capital representado pelo seringal/empresa recria relações de produção não-capitalistas como estratégia produtiva de viabilização do “negócio” na floresta. Era sim um processo de “acumulação primitiva do capital” demonstrando que o princípio da ocupação e produção da mercadoria extrativa da borracha na região também esteve montado sob bases de uma reprodução contraditória e ampliada do capital (OLIVEIRA, 1990), numa área em que, até

intermédio dos padrões chegando às firmas importadoras de Belém e de Manaus, onde o capital financeiro detinha o papel principal na trama. Os débitos contraídos pelos seringueiros eram pagos anualmente com a entrega de sua produção e de seu abastecimento no barracão de forma que raramente haveria possibilidade de saldo (ALMEIDA², 1988). Formavam-se então os laços que prendiam a mão-de-obra ao emissário do capital em nível regional.

Isso forjou características socioculturais básicas nos seringueiros, a ponto de Almeida² (1988), referindo-se à questão no final da década de 1980, explicar que a situação de débito permanente era vista por muitos seringueiros como algo normal. Assim, mesmo quando se podia pagar, mantinham-no como forma de conservar a relação “patrão-cliente” aberta, podendo ser mobilizada em caso de necessidade urgente, como na doença.

Todavia, a demanda mundial cresce; a possibilidade de ampliação produtiva era limitada e os investimentos seriam grandes, para um retorno demorado. Os fracassos sucedem e as tentativas de transformar o seringal em empresas mais modernizadas (ALMEIDA², 1988) esbarram em questões estruturais do sistema barracão-colocação. Assim, no seringal não se pode implantar um sistema mais capitalizado de relações de trabalho, dado que a base montada sobre as colocações já tinha raízes, apesar dos laços que prendiam o trabalhador ao sistema. Na vinculação das forças que se confrontavam – o patrão (seringalista) e o trabalhador (seringueiro) – o autocontrole do tempo de trabalho do seringueiro na colocação dava-lhe uma certa “independência”, mesmo sob efeitos do controle “simbólico” através da obrigação de pagar o que devia. Todavia, houve uma verdadeira impossibilidade de realização da proletarianização dessa mão-de-obra, no âmbito da floresta.

Na realidade, o fracasso da empresa extrativa, conforme explica Almeida¹ (1988), deveu-se em parte à questão da autonomia familiar do seringueiro em sua unidade produtiva na floresta. Enquanto o tradicional sistema de aviamento viabilizava com esse sistema de produção dos seringais, a tentativa de mudança para relações de trabalho estritamente capitalistas conflitava-se com essas relações e com o sistema de comercialização desenvolvido, paralelo, pelos marreteiros nos regatões que percorriam os rios. No âmbito das relações de produção e de trabalho, ressalta-se que a resistência a estas transformações era assim resistência “do trabalho a se assalariar” e dos “pequenos negociantes a desaparecer”.

Outra questão que temos de lembrar é que no período da revolução acreana houve um rompimento da exclusividade na prática da atividade extrativa. Isso nos atesta que na retomada de práticas agrícolas e pastoris familiares, sob o legado da identidade camponesa

poucas décadas anteriores ao início do século XX, era totalmente desintegrada do circuito produtivo nacional e internacional.

nordestina, principia a formação de uma territorialidade também camponesa, mas que tende a ser mais autônoma no sistema dominante da territorialidade do seringal.

Voltando à questão do seringal, vemos ainda que os comerciantes dos regatões que negociavam nos rios eram mal vistos pelos seringalistas. Todavia, vão se incluindo como parte do espaço vivencial dos seringueiros (ainda que em relações muitas sigilosas), pois era com estes que os trabalhadores conseguiam negociar parte dos seus produtos que escondiam e não entregavam no barracão. Era essa uma prática que possibilitava a existência, ainda que rara, de relações monetárias com os trabalhadores, ou seja, deles “verem e pegarem dinheiro”. Nisso vemos que o papel dos regatões tem grande importância, pois ele possibilita acesso a produtos e informações e facilita a “contravenção” dos trabalhadores no princípio da reconquista de sua “autonomia”. É bom salientarmos que o patrão e os barracões coexistiram com os regatões, que “forneciam bens avulsos”, negociados aos seringueiros com a entrega imediata da borracha produzida. De forma que no âmbito geral, a questão fundamental foi a coexistência desses sistemas paralelos possibilitando a introdução de elementos de concorrências, o que seriam inexistentes se não houvesse a participação desses negociantes subindo e descendo os rios (ALMEIDA², 1988).

Nesse contexto, com a implantação e a entrada da borracha dos seringais de cultivos do Sudeste Asiático, tem-se a gradativa decadência da produção empresarial da borracha natural brasileira⁸ nos seringais. Era o fim da fase de predomínio absoluto da territorialidade seringalista, pois à medida em que a borracha perde mercado, afrouxam os laços que prendem a mão-de-obra à atividade extrativa da borracha e outras atividades ligadas à coleta natural e ao cultivo da terra vão sendo permitidas. Nos momentos em que a crise se alastra nos seringais, a territorialidade seringueira tende a sobressair, ainda que as forças remanescentes da empresa extrativista da borracha na floresta (a territorialidade seringalista), marginalmente permanecessem. Conforme **Gonçalves** (1998, p. 214), são essas forças que irão promover as dinâmicas dos períodos da segunda à quarta década do século XX, e que “condicionam o *devoir* da sociedade acreana”, correspondendo à “territorialidade dos coronéis de barrancos e a territorialidade dos seringueiros autônomos”.

Portanto, no período que sucede a 1912 e, especialmente, a 1920, a crise que atinge a economia da empresa extrativista da borracha brasileira⁹ trouxe modificações

⁸ - Nesse período já transcorre a primeira década do século XX, e já se pode falar das terras acreanas como território brasileiro, incorporado em novembro de 1903, com o Tratado de Petrópolis. Portanto, daí nos referirmos à produção da borracha brasileira.

⁹ - É bom que se diga que esta crise da borracha não ocorreu devido ao potencial produtivo, mas sim ao sistema produtivo, que não respondia à demanda crescente do mercado, herança das limitações das relações produtivistas

substanciais no plano da organização interna da produção do espaço do seringal. A crise, no plano econômico, atinge a empresa capitalista e o sistema de produção. As condições naturais e a infra-estrutura “de exploração da borracha continuavam postas”, mas o que não se garantia mais era o movimento interno de bens de produção, ou melhor, do abastecimento de bens de consumo necessários à produção. Isso significava que havia chegado a hora em que os trabalhadores tinham que “se virar por si próprios” (GONÇALVES, 1998, p.217).

No âmbito dessas transformações, muitos seringalistas que tinham acumulado riquezas saem da região e resguardam seus capitais noutras atividades, geralmente nas principais cidades amazônicas, nas capitais do nordeste ou na capital da república (Rio de Janeiro). No plano interno da região, diante das dificuldades, “a máquina” administrativa do seringal é, em muitos casos, repassada para arrendatários, que mantém o sistema produtivo, mas afrouxa as relações de trabalho permitindo aos seringueiros a produção agrícola, junto à produção extrativa da borracha e da castanha-do-Brasil (exceto no Vale do Juruá, onde não ocorre a espécie castanheira). Isso garantia ao seringal continuidade de sua operação, mas em margem de lucros menores que agora, vindo tanto da atividade extrativista como da pequena agricultura praticada pelo seringueiro¹⁰, e estabelecia relações de convívios das duas territorialidades que se colocam paralelamente.

No plano interno da produção familiar seringueira, a autonomia parcial em que viviam amplia-se, dando a esse sujeito maior liberdade de trabalho de ação. Seus espaços vivenciais também são ampliados e podem sair do lugar em que sempre estiveram, em busca de se colocarem em áreas de maior acessibilidade para sua produção e aquisição de víveres. O papel dos comerciantes de regatões é aumentado e a contravenção nos seringais torna-se prática constante do desvio da produção, em que grande quantidade vai para os negociantes dos rios. Isso significou o rápido enriquecimento desses comerciantes, que em muitos casos adquirem seringais e passam a operar nos sistemas produtivos tradicionais. Considerando esses reflexos socioeconômicos na colocação e nas pequenas cidades, pode-se entender porque se “vivia melhor nos momentos de crise”, como caracterizou **Gonçalves** (2001).

A maior autonomia dos trabalhadores garantia algumas vantagens que não ocorriam no período anterior, como na diversificação da economia local. A colocação já era, portanto, o *locus* de onde projeta a construção dessa autonomia, em face da inviabilidade da

implantadas, que fez com que as empresas extrativistas naturais não agüentassem a concorrência da borracha cultivada na Ásia. Todavia, a produção da borracha natural na Amazônia-acreana chegou, no princípio da década de 1990, sem grande incentivo de políticas governamentais, e se tornou apenas um produto complementar da economia de auto-sustentação dos camponeses trabalhadores da floresta.

unidade patronal cumprir com o papel anterior de aviar toda a estrutura produtiva. Daí a diversificação produtiva dos seringueiros seria muito mais do que apenas através de práticas agrícolas, incluindo também as outras atividades extrativistas, como a coleta da castanha-do-brasil no vale dos rios da Bacia do Purus e Madeira, e da extração de madeiras de lei, a caça e a pesca, em âmbito mais geral.

Conforme **Almeida**¹ (1988), nesse período de “crise”, tanto os seringueiros como os patrões locais não tiveram seu padrão de vida reduzido; e, talvez possa ter ocorrido até o contrário. Isso se explica uma vez que no início dos anos vinte do século passado, o missionário *Testavin* teria observado uma gradual melhora na dieta dos camponeses locais, que, além da mandioca e da cana-de-açúcar, passam a cultivar também arroz, milho, feijão, amendoim, jerimum e batatas. Com isso, tem-se um mais intenso aproveitamento das vertentes fluviais, onde nos períodos de vazantes dos rios podem ser praticadas as *lavouras de praias*, nos terrenos fertilizados pela deposição de sedimentos e húmus trazidos pelas águas nos períodos de cheia (esta é uma prática ainda hoje muita difundida).

Testavin *apud* **Almeida**¹ (1988) salienta que,

[...] por enquanto, o destino da agricultura está ligado ao preço da borracha. Quanto mais alto é o preço da borracha, mais o patrão pode comprar bens e ganhar riqueza pelo comércio, e quanto menos ele ganha com a borracha, mais é obrigado a cultivar a terra para atender suas próprias necessidades e alimentar os trabalhadores.

É claro que quem cultivava era o seringueiro, sob comando do patrão.

Outra questão que atesta a situação é que o tamanho da família teria um peso maior. Isso demonstra a ligação de laços mais fortes nos vínculos da recriação de identidades camponesas (numa visão chayanoviana) no determinante do tamanho da família e na divisão social do trabalho: “as famílias – quanto maiores, melhor – passaram a serem favorecidas, já que, [...] os rapazes maiores podiam cortar seringa, enquanto o pai pesca, e as mulheres cuidam do roçado, lavam e costuram” (**TESTAVIN** *apud* **ALMEIDA**¹, 1988).

Porém, explica **Almeida** (Id. Ibid), em certos aspectos as conseqüências da crise no seringal não foram “muitas benéficas”, como no fechamento de escolas nos seringais (que eram raras, mas existiam), de igrejas que desapareciam juntos com as manifestações de festividades. Também desapareceram os varadouros por onde se transportavam em costas de burros a produção e os víveres, que mais recentemente, em muitos casos, os seringueiros

¹⁰ - Com isso entendemos que no plano produtivista e social pode-se falar de uma economia agroextrativista de

tendem a carregar suas compras e produção por caminhos semi-cerrados. Nisso foi comum a situação já mencionada de famílias que deixam o “centro”, para se colocarem mais próximas de áreas de maior acessibilidade, como nas “margens” dos rios ou nas proximidades dos vilarejos, cidades ou estradas. Em suma, a situação gerada é norteadas por certa ambigüidade, ou seja, isso significava a perda de um espaço da sociabilidade, mas que nas novas dimensões das territorialidades seriam reconstruídas e diversificadas.

Os que migravam para outros locais de mais fácil acessibilidade, sem saírem da floresta, redimensionavam seus espaços vivenciais no âmbito do seringal, mas persistiam em práticas agroextrativistas. Os que se dirigiam para as proximidades dos povoados e centros urbanos, geralmente, passariam a dedicar-se a atividades agrícolas e agro-pastoris juntando, ou melhor, ampliando a população de trabalhadores camponeses em atividades não-extrativistas. Isso forjava mais intensamente a duplicidade de territorialidades camponesas diante de sua maior diversificação social no âmbito interno do campesinato local¹¹. É importante notar que no plano de uma produção territorial, esses camponeses não-extrativistas não estão numa relação de maior confronto com a remanescente territorialidade do seringalista que se materializa no poder local do “coronel de barranco”.

Nesse sentido, vemos a territorialidade como um processo socioespacial que se manifesta a partir das relações que derivam da interação do sujeito social, com seu objeto natural de vivência perante jogos de interesses diversos, ou seja, da marca da *dimensão territorial vivida* que carregamos. Está associada à produção do espaço vivencial da coletividade, formado sob elementos processuais que se constroem cotidianamente, qualificando-nos como pertencente a um território em sua natureza socioeconômica, sociocultural e socioambiental, num plano espacial e temporal. Nisso constitui aquilo que permite-nos dizer o que somos, a que pertencemos ou nos pertencem, com relação à dimensão territorial sob significados e derivações de domínios estabelecidos. A territorialidade é uma *identidade*, que num plano espacial e coletivo, dá-nos condição de estabelecermos referências com relação ao território, que “adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do ‘vivido’ territorial pelos membros de uma coletividade, pela sociedade geral” (RAFFESTIN, 1993).

Isso significa, p.e., que no caso dos seringueiros, esses vivem ao mesmo tempo um processo de formação do território (em seus múltiplos significados), e também a

excedentes, desenvolvida por seringueiros.

¹¹ - Entendido como a formação de *habitus específicos* no âmbito do *habitus de classe*, no que se refere ao campesinato amazônico-acreano.

produção territorial através das diversas relações que travam no estabelecimento do domínio da natureza na qual aplica o seu trabalho. Mas a territorialidade também lhes aflora no conhecimento de potenciais do ambiente em que se introduzem; nas relações de produção que estabelecem a cada momento histórico que vivem; e, na apreensão de saberes locais, seja provindos dos indígenas, seja dos habitantes mais antigos, dos mateiros ou de sua própria inquirição sobre a natureza que o desafia a conhecê-la. Em tudo isso, estabelecem relações que no plano produtivista ou existencial, no âmbito da floresta, serão regidas pelas interações entre as diversidades sociais e econômicas que compunha o espaço da territorialidade seringueira e as modificações tanto nas relações com a natureza como no âmbito social e político. Nisso se constroem e reconstroem territorialidades sociais camponesas na floresta.

No princípio da década de 1940, a conjuntura regional sofrerá modificação, quando o mundo vive o período da Segunda Guerra Mundial. Em estratégia de economia de guerra (SILVA, 1999), reafirmam as antigas estruturas produtivas e, sob financiamentos externos, seringais são reativados¹². Há a mobilidade de mais forças-de-trabalho e a população seringueira temporariamente se amplia, retomando as colocações semidesativadas nos mais longínquos recantos da floresta; e, por poucos anos, volta-se a ter movimento na empresa extrativa.

Como estratégia de guerra, toda a mobilidade passou logo após o fim dos conflitos. Contudo, ainda no final da década de 1940 e início de 1950, havia pequenos fluxos de migração de “famílias nordestinas” para a região (pois a migração no período de Guerra era primordialmente masculina, em idade militar – 17 a 25 anos, aproximadamente). Com isso, parte da população deslocada, seja como *soldados da borracha* ou não, passa a engrossar camadas de trabalhadores na atividade agroextrativista e uma boa parcela, que sequer havia se habituado à atividade na floresta, opta pelas práticas em atividades agrícolas em áreas ocupadas ou em lugares onde são implantadas *novas colônias agrícolas*.

6.3 – Permanências e mudanças

Nos anos cinquenta do século XX, após o final da II Guerra Mundial, os acordos firmados para a exploração da borracha natural são desfeitos. Os reflexos na região

¹² - Durante a segunda Guerra Mundial, diante da ocupação das regiões de produção da borracha de cultivo no Sudeste-Asiático, a Amazônia passou a ser vista como reserva estratégica, pois o Brasil, antes de Vargas decidir-se pelos Aliados, estivera exportando borracha para a Alemanha. Nisso os EUA dobrariam os preços correntes e a exportação de borracha se tornaria um monopólio do Estado. Em contrapartida, o governo brasileiro disponibilizava mais de 50.000 nordestinos. Isso, no entanto, não significou grande aumento na produção, p.e, que em 1942 foi de 16.800 toneladas e subiu para 24.600 toneladas em 1947 (ALMEIDA², 1988).

acreana é o retorno à situação de estagnação/decadência da empresa extrativista¹³, por um lado; e, por outro, da dinâmica da produção familiar na floresta com os seringueiros e nas áreas já bem mais numerosas das colônias agrícolas, com os colonheiros. É bom lembrar que houve uma ampliação das áreas de colônias agrícolas, pois muitos dos ex-soldados da borracha, após sua “liberação”, constituem famílias e não mais podendo voltar para suas “terras de origens”, seja por questões de ordem econômica ou familiar, optam por atividades agrícolas nas proximidades das cidades. Ademais, como já referimos, no final da década de 1940 e início da década de 1950, havia ainda um fluxo migratório de famílias nordestinas (incentivada pelo Governo Federal). Esses ex-soldados, em sua maioria, também foram para atividades em colônias agrícolas nas proximidades das principais cidades, como aconteceu em Rio Branco, em que segundo **Martinello** (1988, p. 333), em 1951, o município tinha nas “colônias vicinais 422 lotes ocupados por uma população de 3.975 pessoas”.

A territorialidade seringalista estava em estado de decadência e as estruturas produtivas dos seringais, quando funcionava, era por via de atuação de arrendatários ou de decadentes proprietários que exploravam os moradores de seus domínios obtendo renda da produção agroextrativas destes. Alguns tentam manter a produção extrativista no interior (centro) e, nas áreas mais próximas dos barracões, inicia-se a formação da pecuária extensiva de gado bovino, voltada para o autoconsumo local e regional. Porém, nada que autorizasse a falar de uma expansão da atividade agropecuária nos seringais, com o rompimento do universo social produtivo que promoveu as dinâmicas e a instituição do cotidiano socioespacial do trabalho extrativista, das colocações, do barracão, da mata, etc. Isso são as *permanências (vistas como rugosidades)*, que no conjunto real das significações existentes farão a comunicação do passado com o presente e com o futuro na expressão do *habitus* camponês que se revela.

Como nenhuma região é uma entidade independente, o contexto no qual o Brasil se insere na ordem geopolítica mundial pós-guerra tem interferência em todos os rincões do país. A rearticulação da fronteira amazônica, no pós-guerra, marca mudanças graduais na relação econômica com a apropriação e com o exercício do domínio sobre a terra e sobre os recursos naturais amazônicos. Na Amazônia-acreana, esses reflexos são sentidos a partir do final dos anos 1960. O controle da propriedade da terra dos seringais seria o ponto

¹³ - Houve sérios esforços da elite política local, junto ao Governo Federal, para manter “o *status quo* de apoio federal no pós-guerra”. Algumas medidas de subsídios foram firmadas e estratégias de venda dos produtos montadas. Isso se seguiu nas décadas seguintes sem grandes sucessos e com a borracha natural como o principal produto, do qual o Acre entra na década de 1970 responsável por 47% da produção amazônica (ALMEIDA¹, 1988).

estratégico dos primeiros “ataques” das forças capitalistas da frente pioneira que atingem o Estado em seu espaço fundiário¹⁴. As políticas do Estado brasileiro para a região deixam de ser de *ajuda com subsídios na tentativa de revitalizar atividades econômicas extrativistas*, e contribuir para a melhoria das condições de vida da população empobrecida, para ser colocada como *política de incentivo de uma fronteira de recursos*, que no caso do Acre era, fundamentalmente, o controle da propriedade privada da terra e das riquezas que ela encerra. Muitos seringalistas endividados ou que haviam abandonado suas terras se preocuparam em rever a propriedade, pois pela primeira vez havia um mercado fundiário na região em que a *terra mercadoria* era revalidada pela sua extensão territorial.

Os seringueiros, que eram os verdadeiros habitantes das áreas florestais, são desconsiderados. As florestas eram vistas como “terras livres”, nas quais esses sujeitos eram apenas posseiros que podiam ser retirados. Então, os interesses diversos agora recolocavam em situação acirramento de confronto duas territorialidades fundamentais que se constituíram na floresta:

- Os *seringalistas* podiam colocar seus domínios territoriais à venda, no mercado fundiário que avançava sobre a região. Assim, a territorialidade seringalista apresentava-se com tendência a se extirpar ou transmutar em territorialidades de outros agentes do capital que estavam chegando – os novos proprietários fundiários agropecuaristas¹⁵ : os fazendeiros.
- Os *seringueiros* viam seus domínios ameaçados, pois a condição de posseiro não lhes assegurava o direito de ficar na terra. A territorialidade seringueira tendia a ser extirpada, mas pela expropriação de seu território vivencial, em face das mudanças

¹⁴ - Entendemos que a propriedade fundiária “é uma forma histórica específica, a forma transmutada por influência do capital e do modo capitalista de produção [...], na qual a posse da terra aparece como uma das condições de produção para o produtor direto e a propriedade da terra como condição mais vantajosa” (MARX, 1988, p. 111, v. V).

¹⁵ - A expressão da fronteira recente que referimos como “frente pioneira agropecuária”, teve no âmbito do espaço territorial acreano manifestações diferentes. Na Mesorregião Vale do Acre, tanto no eixo da rodovia BR-317 (sentido Norte-Sul) como da BR-364 (leste/oeste até Sena Madureira), houve a implantação de fazendas de criação de gado bovino, e uma ação mais ampla na colonização, com vários PAs. Nas áreas dos altos cursos dos rios desta Mesorregião e no Vale do Juruá, houve também uma intensiva mudança na finalidade e no uso da propriedade da terra, com a transferência de enormes áreas para agentes externos. É provável que pelo isolamento da região e pelo contexto das transformações ocorridas nas questões da terra, em nível nacional (como as lutas que começam a ser travadas nas próprias regiões de origem, como p.e. pelo MST), essas áreas foram poucas transformadas (SILVA, 1999). Tal é a situação, que ainda na atualidade, resquícios do sistema de produção do período de domínio do seringal persistem, como nos apontam alguns estudos sobre população tradicional dos seringais do Vale do Juruá (Cf. ALMEIDA¹, 1988, 1994; ALBUQUERQUE, 2001).

impetradas na produção do espaço agrário. Restava-lhes aceitar a imposição ou lutar contra a situação.

Mas de que forma tudo isso afetava a realidade do espaço produzido na região? O certo é que isso se dava em relação aos aspectos que materializavam as novas relações de poder sobre as forças sociais produtivas. Vejamos, quanto ao domínio territorial, a terra florestal, que antes era vista pela capacidade natural de produzir da borracha, agora tende a mudar drasticamente, para a consideração da extensão territorial, como seu padrão de valoração. Estas mudanças, entretanto, tem implicação direta sobre toda a formação socioespacial já consumada. Como já demonstramos, a relação da territorialidade patronal dos seringalistas com a territorialidade camponesa dos seringueiros, ora convivendo, ora se confrontando, tende a modificar-se com a entrada de novos agentes de transformações dos modos de produção consumados.

Considerando que a terra em si não tem valor, pois não é produto do trabalho social, como meio de produção essencial para o trabalho, a mesma transforma-se, então, sendo capaz de produzir renda. Nisto ganha a condição de *terra mercadoria* e, como tal, já se torna passível de valorização, não ela em si, mas a renda capitalizada, que é o que se coloca no mercado¹⁶. Esta capacidade é qualificada por seus elementos formadores (p.e, solo fértil, localização, potencial de recursos madeireiros para extração, ocorrência de águas, parte já cultivada com pastagem, etc) e quantificado na extensão territorial (quantidade de hectares). Nesse sentido, na apropriação da terra na fronteira agropecuária, vendia-se a capacidade de produzir renda; daí sob a imposição de domínios patronais que começavam a ser forjados na Amazônia-acreana, principiava uma *territorialidade do fazendeiro*. Para isso validava a grande propriedade fundiária, mas redimensionava sua extensão, e nisso negava a necessidade da floresta como meio de produção e fonte de recursos, assim como do camponês florestal como mão-de-obra necessária.

Isso significava negar a *territorialidade seringueira* e revalidar a *territorialidade seringalista*, redimensionando-a na propriedade fundiária dos seringais, para áreas privadas voltadas para a agropecuária ou à especulação no mercado fundiário. Dessa situação derivam os conflitos. Se para o seringalista o que estava em jogo era a venda de suas propriedades como possibilidade de resguardar seus capitais, para o seringueiro, o que se

¹⁶ - Conforme Marx (1988, p. 114, v. V), há uma distinção entre a “*terre-matière*” e “*terre-capital*” (terra-matéria e terra-capital). Aplicando-se novos investimentos em áreas já transformadas em meio de produção, pode-se aumentar a terra-capital sem nada acrescentar à terra-matéria (no plano quantitativo, ocorreram apenas mudanças qualitativas em seu potencial produtivo, mas a quantidade é estanque). A terra-capital é passageira, como é o

coloca em jogo era a dimensão espacial e territorial de sua vivência. Estes se viam sob reais possibilidades de ser extorquido seu território vivencial; de ser anulado em seu *habitus florestal*, ou seja, de ficar impossibilitado de seu modo de vida na floresta; de sua relação com os ambientes vividos; de sua relação vivencial na colocação; de seus costumes, suas crenças e credences incrustadas na floresta; do contínuo processo de construção da identidade seringueira¹⁷, etc. Enfim, estava diante da possibilidade ameaçadora de ver seus espaços vivenciais serem transmutados em espaço do capital, em que não cabia sua reprodução, nem mesmo subordinada.

Nessas condições vemos as raízes dos conflitos que emergem das territorialidades diversas e que se confrontam no contexto das transformações ocorridas na formação socioespacial recente. Entender as questões que estão subjacentes ao longo processo de formação de territorialidades patronais (dos seringalistas e fazendeiros) e camponesas (seringueiros, colonheiros, colonos e assentados) são chaves para a apreensão das lutas e da busca de estabelecer novos padrões de auto-sustentação no espaço agrário, perante as artimanhas do capitalismo no domínio privado da terra, até mesmo sobre territórios que foram no passado conquistas das lutas camponesas.

6.3.1 No alcance da floresta

Entendemos que diante da diversificação da produção com reflexo integralmente sobre o campesinato da floresta, os seringueiros não são mais extrativistas exclusivos; agora são, sobretudo, *agroextrativistas*. A figura social do seringueiro, exclusivo, é raridade no contexto da floresta neste início do século XXI. Nesse sentido, seus territórios, mesmo sob a vigência de decadente territorialidade do seringalista, a muito tempo já se constituíam em *locus* de produção diversificada. Isso significava que ainda tinha a atividade extrativa da borracha, da castanha e de outras espécies vegetais como principais fontes, mas já

valor de uma outra mercadoria; é um capital fixo e, como tal, se desgasta com o tempo tal qual os capitais circulantes. Há nisso uma relação da detenção da renda absoluta e de rendas diferenciais.

¹⁷ - **Gonçalves** (1988) refere-se à questão do processo de formação da identidade seringueira, ora como uma “auto-invenção” (Cf. op.cit, p. 326), ora como uma “construção” (Cf. op.cit, p. 327). Vemos isso como uma contradição. Entendemos ser simplificador, equivocado e perigoso tratar da questão como “invenção”, sobretudo quando dá idéia de algo “auto-falseado”, no contexto das lutas sindicais. Esta identidade é sim um processo de construção. Considerando a formação da identidade e da territorialidade desses sujeitos sociais, a sua intrínseca interligação com a formação territorial, política e socioeconômica, não vemos qualquer possibilidade de admitir a visão de que se trata de “auto-invenção”. Visto num contexto de recriação de identidade camponesa, o processo da formação da identidade seringueira é uma longa reconstrução que remonta aos legados sertanejos nordestinos que se reproduzem na floresta. Isso não é invenção; é afirmação de um *habitus* de *classe* numa construção sociocultural que tem passado, presente e futuro firmados em realidade de homens e mulheres da floresta.

complementava a produção com a pequena agricultura de milho, arroz, macaxeira, feijão, jerimum, melancia, frutas regionais e na pequena pecuária bovina, eqüino, suíno e avícola¹⁸.

A territorialidade dos seringueiros, no âmbito da diversidade da identidade camponesa que se forma na Amazônia-acreana, é a marca fundamental do poder de confronto com as territorialidades patronais. O poder de embate desta classe se fundamenta em: raízes históricas plantadas no processo da formação socioeconômica regional; geração de um modo de vida capaz de conviver no ambiente local sem grandes implicações na transformação da natureza florestal; razoável “equilíbrio” que estabeleceu com o domínio do seringueiro; potencial produtivo que, apesar das crises vividas, conseguiram manter; e a expressividade populacional numérica.

A edificação de uma territorialidade camponesa, todavia, passou por uma valorização da defesa de um mundo sociocultural; de um espaço vivencial pautado em valores que se firmam num simbólico da existência desses sujeitos sociais na floresta. Isso, no entanto, era ignorado pelas forças que davam a dinâmica socioeconômica da fronteira recente na região. Vemos então que, dentre as diversas expressões desse simbólico, surgem medidas de retaliação contra as ações das forças que ameaçam a territorialidade seringueira. A maior expressão desta reação são os “empates”, que nascem de questões práticas da vida destes sujeitos, como nos relatou Osmarino Amâncio Rodrigues (2002):

O empate no esporte significa que ninguém ganha ninguém perde [...], mas para nós o Empate foi uma frase criada pelo Wilson Pinheiro. Eu lembro na época que alguns companheiros martelaram aquela frase e que a gente decorou [...]. O Wilson conseguiu mostrar para a gente que a gente só teria condições de sobreviver se garantisse nossas colocações. Que não deveríamos deixar eles desmatar, fazer grandes desmatamentos; por que aí nem nós desmatava e nem eles desmatavam. Por isso ficava o empate: nós não derrubamos a florestas, mas vocês também não. Vamos empatar.

Simplificando a questão, o “empate” era uma forma de “empatar” as ações de desmatamento promovidas pelos fazendeiros. Com a união das famílias de várias

¹⁸ - A expressividade econômica gerada foi de uma certa estabilidade para a região, que foi sentida até décadas recentes. Conforme Almeida¹ (1988), nos dados do Censo da Produção Agrícola de 1979, no ano de 1978 o Acre produzia 47 % da borracha natural e 6% da macaxeira da região amazônica. Isso com uma população rural de 43.000 pessoas, sendo 24.000 seringueiros e 13.000 trabalhadores em atividades agrícolas familiares (os restantes eram empregados, proprietários, etc). No âmbito geral, isso significou taxa de desemprego anual de 0,13% (muito menor que a taxa nacional que ultrapassava a casa de 1%) e uma renda na qual apenas 31% dos trabalhadores ganhavam menos que um salário mínimo.

comunidades, os seringueiros se colocavam frente a áreas da floresta que estavam sendo destruídas e, formando “correntes humanas”, envolviam as árvores sob ameaças das motosserras e dos armamentos dos trabalhadores e jagunços das fazendas. É interessante salientar o aspecto do simbolismo social que perpassava nesses atos: envolver, abraçar a uma árvore que está sendo ou está prestes a ser derrubada, significava incorporar a vida humana à natureza, significa demonstrar que a vida do *homem da floresta não existe sem a floresta*; então, matar a floresta é o mesmo que matar a existência do homem (seringueiro).

Nota-se que não estamos tratando de símbolos representativos, mas de significados de vida¹⁹. Por isso, neste processo há raízes profundas em que a territorialidade perpassa mais intrinsecamente o sentido de uma defesa integral de todas dimensões da vida desses sujeitos na floresta e também da floresta. É a clara manifestação do *habitus de luta*, inscrito nas práticas sociais cotidianas *como gosto pela luta* (ALMEIDA, 2003). Portanto, as raízes desses significados estão mais na prática de suas ações, pois ela permeia uma “alma” coletiva e dá força para lutar, para viver e para simplesmente *ser* o sujeito social referido.

Nesse contexto, a mudança de um padrão agroextrativista para um agropecuário alterava as condições existenciais desses trabalhadores. A resistência do seringueiro contra a transformação fundiária no espaço agrário se colocava como uma reação contra os processos produtivos agropecuaristas que negavam a manutenção da produção e da condição de *ser* camponês na floresta. É sobre essa territorialidade camponesa (ignorada pelas políticas de expansão da fronteira econômica), reforçada nas CEBs, que teve início a organização coletiva desses trabalhadores.

Assim, por um lado, sob pressão das mudanças que ocorriam nas bases fundiárias e, por outro, da necessidade de fortalecer mecanismos de defesa do seu modo de vida, os seringueiros ameaçados começaram a formar os STRs em meados da década de 1970. Estes são erigidos como instrumento de luta em defesa de um modo de vida que expressa plenamente uma territorialidade camponesa florestal. Não vêem a expansão da pecuária como solução e tem percepção política de que há outras possibilidades para a manutenção da vida como trabalhadores florestais. Daí, a resistência é contra a expropriação da terra, mas também contra a possibilidade de ter que se transformar em produtor agrícola ou agropecuarista (o que seria a expropriação de seu modo de vida e dos valores socioculturais).

¹⁹ - Nesse sentido, as dimensões deste simbólico, como salienta **Castoriadis** (1995, p. 148,) “pertencem a estruturas ideais que lhes são próprias, que se inserem em relações quase-rationais”. Então se pode falar de uma prática concreta na qual esses valores são redimensionados.

A luta dos STRs inicia um processo de organização que posteriormente irá ganhar espaços políticos mais amplos com a formação de conselhos, federações e na organização de associações, centrais de associações e cooperativa de trabalhadores. É importante entender que, à medida em que essas organizações se ampliam, maior imbricação terão na relação *campo, cidade e floresta*, como *locus* da luta. Aqui também se tende a buscar a garantia do território e do espaço político para o *campo* e para a *floresta*, mas firma-se na cidade pontos de apoio à luta. Se o *campo* e a *floresta* são dimensões territoriais da produção social e econômica para esses trabalhadores, nos movimentos se têm convicções de que a briga política deve acontecer na *cidade*, pois é nela que se situa o espaço das tomadas de decisões.

Portanto, quanto à produção dos movimentos de trabalhadores rurais na Amazônia-acreana, os STRs surgem em meio aos trabalhadores florestais, por razões de serem estes os grupos sociais mais atingidos, como vimos demonstrando. É em tais movimentos de resistências e nos sindicatos que os seringueiros passam a ter uma visão mais ampliada da conjuntura política da situação agrária da região. A projeção para outros grupos camponeses se dará, posteriormente, sob profunda relação com essas raízes.

As primeiras vitórias integrais dos camponeses florestais vem com a implantação de PAEs e RESEXs, mostrando aspectos de uma territorialização da terra de trabalho sobre a terra de negócio (MARTINS, 1991, 1997). Entendemos assim, pois representam conquistas do território em estruturas que dificultam a retomada da propriedade fundiária por forças não-camponesas. Nisso forma-se um espaço privilegiado para o surgimento de alternativas produtivas para a produção camponesa na região. Por isso, são na atualidade *locus* de experimentos de várias formas de manejos comunitários dos recursos naturais locais, sob organizações coletivas em associações e cooperativas ou até em projetos de parcerias com a iniciativa privada.

Todavia, com as transformações no espaço produzido nas três últimas décadas, é inegável que houve um grande impacto nas condições da vida da população, que ainda permanece envolvida em atividades produtivas na floresta. Há experiências interessantes, mas há também áreas das próprias reservas que apresentam famílias muito empobrecidas. Portanto, há muitos desafios, mesmo onde já se tem a garantia do território.

6.3.2 No alcance do *campo*

Ao longo de nossa análise sobre a formação do campesinato, procuramos mostrar que desde os últimos anos do século dezenove, já havia um princípio de diferenciação interna da classe que se formava. Nisso entendemos que houve a construção de identidades camponesas diversas (a classe em si), o que implica também, no plano socioespacial, em territorialidades diversas. A esses trabalhadores não-extrativistas, os modos produtivos dos seringais não os subordinavam diretamente, pois constituíram em posse de pequenos lotes de terra fora do território do domínio dos seringalistas, seja nas margens dos cursos fluviais (os ribeirinhos), ou nas proximidades dos povoados que iam surgindo (colonos agrícolas), de forma que a partir de 1908, no município de Rio Branco, sua presença já é notada com a criação de três colônias agrícolas municipais: a Colônia Gabino Besouro, fundada em 1908; a Colônia Deocléciano de Sousa, fundada em 1912; e a Colônia Cunha Vasconcelos, fundada em 1913. Ao todo essas colônias abrigavam uma população de 278 pessoas vivendo em regime de trabalho familiar e que, sem orientação técnica, trabalhavam a terra com base em conhecimentos próprios. Eram os “colonos ou colonheiros” (GUERRA, 1955).

O período de 1920 a 1940 foi também momento de grande mobilidade populacional interna na região acreana. Teve-se então um rearranjo da população, em que a maioria deixava o “centro”, buscando áreas de mais fácil acessibilidade para morar. Parte desses migrantes, então, recolocando-se no espaço agrário, procurou as proximidades das principais cidades regionais e as margens dos rios, dedicando-se prioritariamente à atividade de pequena agricultura e à criação de gado²⁰.

Assim, no princípio da década de 1940, já era notada uma presença mais considerável de população que se dedicava a atividades não-extrativas nas proximidades das cidades. As antigas colônias, p.e., segundo **Guerra** (1955), muitas delas já haviam mudado suas finalidades agrícolas e eram pequenas fazendas de criação de gado. A situação fundiária irregular e a necessidade de aumentar a produção de alimentos básicos fornecidos nas cidades fizeram com que o Governo Territorial, a partir de 1942, iniciasse efetivamente um plano de colonização nos arredores das cidades acreanas, especialmente de Rio Branco, onde se implantam as colônias: São Francisco; Juarez Távora; Apolônio Sales; Alberto Torres; Mâncio Lima; Cecília Parente; Dias Martins e Souza Ramos, todas em áreas do antigo Seringal Empresa (unidade latifundiária que deu origem à cidade de Rio Branco). Ao todo,

²⁰ - Temos que considerar que a criação de gado (bovino, equino, etc) também era desenvolvida nos arredores dos barracões, sedes dos seringais, mas sempre em incipientes formas de práticas extensivas e em escala

em princípio de 1950, concentrava-se, nesses núcleos de colonização, uma população de 4.518 pessoas, vivendo de atividades agrícolas e pastoris nos arrabaldes da capital territorial acreana (isso quando a população do município de Rio Branco era, em 1950, de 28.246 habitantes). Portanto, as atividades agropecuárias surgiam definindo espaços nos arredores das cidades, e começavam a ampliar o território da produção camponesa com lavouras em áreas de antigos domínios dos seringais.

Nesse sentido, entendemos que tratar da territorialidade e da formação do campesinato na região não deve ser feito a partir de um viés único de interpretação. Assim, é simplificadora a visão daqueles que, como Antônio Teixeira **Guerra** (1955), viu o espaço produzido apenas na ótica da produção agro-pastoril, tendo esta como a atividade mais dinâmica, quando na verdade era a dinâmica da economia extrativista que ainda comandava a região. Também é equivocado tratar da questão como se trabalhadores não-extrativistas fossem segmentos sociais, que no âmbito regional só aparecem recentemente, após a década de 1970, na produção do espaço agrário regional nos PAs. Na verdade, a territorialidade dos camponeses da lavoura surge e vai se construindo paralelamente à territorialidade seringalista e seringueira. Esta não se subordina diretamente ao seringal, mas fica passível ao domínio do capital no contexto da circulação da mercadoria produzida e até na transformação da terra em mercadoria, pois como propriedade privada as colônias sempre estiveram passíveis de serem negociadas. Para o colono, quando vendia seu domínio territorial, vendia a propriedade da terra; o seringueiro, quando muito, negociava a posse valorizada pelas benfeitorias e estradas de seringa existentes.

Esta condição marginal da territorialidade camponesa da lavoura será o fundamento para que no contexto das transformações ocorridas no avanço da frente pioneira agropecuária, esses não fossem diretamente atingidos pelas forças expropriatórias que atuaram sobre os seringueiros (camponeses florestais). Então, esta situação de pouca expressão populacional desses grupos de trabalhadores irá, entretanto, mudar drasticamente com o avanço da frente pioneira agropecuária e com a política de colonização oficial e particular desenvolvida após 1970.

A partir de então, áreas de antigos seringais, sobretudo aquelas onde ocorreram maiores lutas e resistências dos grupos sociais locais, foram desapropriadas e, em 1977, foi implantado o primeiro PAD no estado do Acre. No contexto da política de colonização do governo nacional, estes projetos, além de servir para regularizar a situação dos

pequena, para atender às necessidades básicas locais, sobretudo de animais para o transporte terrestre de mercadorias.

posseiros, seriam também espaços para onde se deslocariam camponeses expropriados de outras regiões, especialmente do Centro-Sul. Houve também incentivos para a colonização particular e alguns antigos seringais, no Vale do Acre, foram loteados e vendidos por corretores que iam ao Centro-Sul negociar as terras com pequenos proprietários (SILVA, 1999).

Queremos chamar a atenção para o fato de que nisso havia uma ação vertiginosa de incentivo à atividade agropecuária para o camponês, numa estrutura fundiária, planejada pelos órgãos colonizadores, com base no módulo rural para a região (na época os lotes variavam entre 50 a 100 ha). Se para os seringueiros significava mudanças radicais na lógica da organização de seu espaço vivencial, para os colonos com tradição em atividades rurais dessa natureza (centro-sulistas ou amazônicos), eram lotes possíveis de desenvolver suas atividades. A expansão dessas ações de colonização e ampliação do território do camponês da lavoura se deu na expressão de que, segundo o documento do Zoneamento Ecológico Econômico do Estado do Acre, no princípio do ano de 2000, havia 53 projetos voltados para a agricultura, ocupando 9% do território Estadual, sendo que o INCRA já registrava 16.202 famílias assentadas (ACRE, 2000, v.1).

Firma-se então o espaço para a ampliação da territorialização camponesa em atividades predominantemente agrícolas e pastoris, ao mesmo tempo em que ampliava a quantidade de propriedades fundiárias familiares, tituladas na Amazônia-acreana. Isso significava, no âmbito do mercado fundiário, maior diversificação da “terra mercadoria”. Estas agora também podiam ser vendidas em áreas de menor extensão, sendo acessíveis a pessoas que não tinham alto poder aquisitivo, mas eram potenciais investidores nos processos de capitalizações fundiárias em fases posteriores à do assentamento.

Como a especificidade das áreas de colonização conduz necessariamente à propriedade particular da terra, é comum nesses assentamentos o processo de reconcentração fundiária (SILVA, 1999), com a aquisição dos lotes de famílias camponesas por moradores das cidades e por outros colonos, ou ainda por proprietários mais bem sucedidos. Assim, o espaço *da terra de trabalho*, que no passado se firmara sobre a terra do capital (seringais e fazendas desapropriadas), começa a ser retomado pelo capital, reafirmando o domínio da *terra de negócio* sobre a terra de trabalho. Essa é uma realidade que encontramos em todos os projetos de assentamentos dessa natureza na região (exceto nos PAEs), em situações nas quais até mais de 40% dos lotes assentados já passaram por tais processos.

Daí, concluímos que todas as iniciativas que se aplicam à regularização fundiária da terra para a produção camponesa, com medidas edificadoras da propriedade

privada, conduzem parte dos assentados a um imediato processo de expropriação; por consequência, a reedificação da *terra de negócio* é o destino primordial de grande parte do território do projeto de assentamento. Assim, a afirmação de territorialidade camponesa, nos assentamentos agrícolas, fica muito mais exposta a questões de exclusão-expropriação do que de formas de subordinação-exploração direta por forças do capital, como pode ocorrer em área de reservas e assentamentos extrativistas.

Contudo, podemos dizer que houve uma profunda ampliação do espaço trabalhador familiar camponês no *campo*, na Amazônia-acreana, durante essas três últimas décadas do século XX. Se a expropriação os atinge com maior profundidade do que nas áreas dos trabalhadores agroextrativistas, esses também se organizam e buscam formas de resistir na terra. Ademais, com gradativa superação dos conflitos de identidade existentes entre trabalhadores migrantes centro-sulistas e locais, iniciou-se, em meados da década de 1980, a conscientização de que não dava para permanecer na terra trabalhando isoladamente. Assim como nas áreas das RESEXs e PAEs, as associações e cooperativas de produtores rurais vão surgindo e se tornando instrumento de edificação e de novas perspectivas para os assentados em PAs ou em áreas de loteamentos privados.

No espaço produtivo do campesinato local, uma prática que tem sido introduzida é o trabalho com a agrossilvicultura. Na realidade, essa prática trouxe certo redimensionamento, repercutido na vida socioambiental das comunidades que a adotaram. Os precursores das práticas de agrossilviculturas na região foram os migrantes assentados na região de Nova Califórnia (RO). Trata-se da adoção do trabalho com espécies silvícolas, sobretudo em *sistemas agroflorestais* – os SAFs²¹, no consórcio de plantas regionais com bom potencial produtivo e de mercado (p.e., o cupuaçu, o açaí, a pupunha, etc). Não significa que esses trabalhadores não pratiquem outras atividades, geralmente também plantam lavouras agrícolas convencionais e criam gado para o consumo e até com pequeno excedente. Porém, o que esperam é que com a produção do SAF, essas, gradativamente fiquem apenas como atividades complementares.

Atualmente, a agrossilvicultura em SAFs tem sido levada a trabalhadores tanto nos PAs, como PAEs e RESEXs, sobretudo em meio àqueles que estão vinculados à associações cooperativas. Ao que tudo indica, nos próximos anos a agrossilvicultura será uma

²¹ - Segundo **Dubois, Viana e Anderson** (1996, p.3), s “sistemas agroflorestais – SAFs” seriam “formas de manejos da terra nas quais árvores ou arbustos são utilizados” associados ao cultivo agrícola e/ou com a criação de animais, em uma mesma área simultaneamente num processo continuado. No entanto, a adoção dos SAFs na Amazônia-acreana, traz na sua concepção um tratamento das questões da produtividade local vinculando

prática bastante difundida em nível regional. Todavia, são ainda experiências que em Nova Califórnia, no Projeto RECA, tem dado certo, mas não temos totais dimensões de uma intensificação maior destas práticas. Independente das incertezas, vemos que está sendo forjado outro segmento econômico e produtivo com firmação no território vivencial camponês. Este poderá afetar positivamente os padrões de vida desses sujeitos sociais.

Ressaltamos ainda a implantação dos pólos agroflorestais e hortifrutigranjeiros no Município de Rio Branco a partir de 1994 e no restante do estado após 1998. Com esses projetos de assentamentos, tem-se criado espaço para o retorno e firmação de territórios para o trabalho de famílias camponesas que na década de 1970, 1980 e 1990 foram expropriadas da terra. São áreas que variam entre três e nove hectares, alocadas em termos de concessão de uso (renovados a cada 30 anos), localizadas próximas das cidades ou de vias de circulação. Esta se voltam prioritariamente para a criação de pequenos animais, práticas de pisciculturas, horticulturas, fruticulturas, formação de SAFs (em áreas semi-degradadas).

6.4 – Possibilidades do agrário regional

Nesta parte final, após as considerações anteriores, vemos que nas RESEXs, PAEs e PAs, os trabalhadores organizados nos permitem visualizar algumas perspectivas possíveis ao agrário regional. Nesse sentido, tomaremos algumas destas situações para refletir a realidade atual:

➤ **Bases de sustentação sob a diversificação produtiva e a revalorização comunitária.**

Nas RESEXs e PAEs, com a conquista do território, teve-se a garantia da terra de trabalho e a garantia ambiental (o que extrapola o interesse local); já nos PADs, garantiu-se ao menos bases territoriais para o trabalho (noutra lógica de organização espacial). Em geral, criam-se bases socioespaciais para a firmação e continuidade da reprodução camponesa. Ao mesmo tempo demonstra-se que há dinâmicas próprias que estão sendo geradas, como os aspectos da capacidade camponesa de adequar a novos padrões de vida e de tecnologias, sem perder suas dimensões lógicas historicamente produzidas.

Portanto, as condições de vida começam a ter novas perspectivas quando a organização comunitária é revalorizada no âmbito dos movimentos sociais agrários. Esses passam, então, a ter um papel fundamental na instrumentalização de ações políticas em prol

sistemas agrossilvícolas e agrícolas, baseados no plantio de espécies que recompõem o ambiente, mas não perde as pretensões de geração de dividendos econômicos e de vinculação ao mercado.

dos próprios moradores. Contudo, também as associações de produtores, cooperativas e implantação de projetos tornam-se bases para medidas que visam racionalizar o uso e a exploração dos recursos naturais locais.

➤ **A questão do manejo.**

No contexto de implantação de alternativas e de diversificação produtiva local, aproveitando-se os recursos naturais, a questão do manejo torna-se fundamental. O manejo é um processo de aprendizagem, que geralmente tem raízes em práticas de grupos de trabalhadores florestais, aperfeiçoados por técnicos, cujos objetivos é desenvolver tecnologia de exploração dos recursos da floresta sem causar grandes impactos ambientais. Quando há raízes em práticas dos locais, sua assimilação e aceitação têm se tornado mais fácil.

➤ **As organizações comunitárias e coletivas**

As organizações coletivas e comunitárias, como as associações e cooperativas, fazem parte de um instrumental que visa contribuir para o resguardo da territorialidade camponesa, mas em especial para viabilizar maior autonomia dos trabalhadores no âmbito de mercado e do espaço político local. Vimos que além dessas condições de ações mais externalizadas, essas organizações têm atuado em: processos de formação política e de orientação na produção aos seus associados (p.e., do tipo, da qualidade, do produto, da viabilidade etc); trabalhos quanto aos gêneros de vida de seus associados; questões ambientais; diversificação produtiva; orientação para o mercado etc. Nisso vemos com muita clareza que estão sendo gerados mecanismos que visam, em especial, reafirmar as bases da autonomia local através de uma maior consciência coletiva e de ganhos econômicos para os associados.

É bom salientar que muitas dessas organizações não têm caráter específico de atuar apenas com produtos extrativistas. A maioria atua com vários produtos, sejam eles cultivados ou coletados. O que se torna específico é a questão de serem produtos de organizações de trabalhadores familiares, atuando numa lógica que associa a produção com a preocupação ambiental e ecológica, na geração de sustentação e autonomia local.

➤ **As parcerias.**

A parceria em meio a grupos camponeses é uma prática que se enraíza nas relações que nutrem suas condições básicas de existência no sentido coletivo e comunitário. Para o trabalhador, a parceria que estabelece com o “companheiro” vai desde a compartilhamento de projetos de vida, do cotidiano social, das lutas, da cooperação em atividades no espaço vivencial, da cumplicidade de ser parte de um universo que engloba este *todo* e na sua externalização. Estas são efetivadas nos serviços de “meia”, nos mutirões

(*adjuntos*), nas relações de compadrio, na união da classe, nas lutas, nos sindicatos, nas organizações coletivas, etc.

Com o avanço das organizações de camponesas as parcerias tiveram que extrapolar estas dimensões. Atualmente, tanto sindicatos como cooperativas e associações, vêem-se diante de parcerias com intuições e organizações que atuam noutras instâncias que não se dirigem por relações de cumplicidade. São estas o poder público, instituições de fomentos, empresas privadas e outras.

As parcerias garantem saída para a produção, valorizam os produtos, mas podem se constituir numa forma do capital subordinar a produção camponesa em espaços onde não se pode, ou que é inviável, territorializar-se. Nesse aspecto, as parcerias têm sido perigosas, sobretudo porque vêem estes sujeitos apenas como produtores de bens materiais e não consideram aquelas dimensões que não estão passíveis de serem tocadas, mas que fazem parte de seu universo sociocultural. A questão, da forma como está sendo conduzida, pode não estar gerando instrumentos de fixação do homem à terra. Quando nos referimos a isso, pautamo-nos em situações claras de organizações de trabalhadores florestais nas quais as parceiras estabelecidas com órgãos públicos têm promovido um aceleração na produção, mas criado certas dependências.

Todavia, ressaltamos que as parcerias são importantes, de forma que não se pode negar, sobretudo quando o poder público atua na gestão de políticas que fortalecem a organização destes camponeses. Todavia, a “saúde” dessas parcerias dependerá da maturidade da formação política da organização para manter sua autonomia, e de mudanças na postura do poder público. Caso contrário, é o começo de novos processos de subordinação da produção camponesa e sob disfarce momentâneo de um aparente apoio.

6.5 Sob a perspectiva camponesa

A intensa dinâmica que ocorre no campesinato amazônico-acreano projeta-se de sua própria diversidade social de classe. As territorialidades diversas refletem rupturas de sujeitos sociais originários de diferentes partes do país, com tradições diferentes no trato com a terra, mas também de rupturas com projetos de vida de “retirantes”, que aqui buscam reformá-los em bases que se sustentam no potencial agrário regional. Estes querem, então, plantar raízes na terra.

A colonização regional, pós-1970, sob o incentivo das atividades agropecuárias, trouxe maior e nova vinculação do agrário local com a produção global, no que se refere a um projeto de desenvolvimento para a região. Assim, territórios são formados e

reformados por forças antagônicas repentinamente. Daí as estratégias de incorporação do espaço produzido regionalmente, no âmbito das relações globais, tornarem-se cada vez mais intensas. Por consequência, no debate de questões agrárias, o problema do desenvolvimento tende a ser colocado em um ponto central perante esta realidade que começa a se apresentar.

Então como fica a questão da autonomia camponesa perante o “desafio de desenvolvimento”, da busca de *viver bem* e do mercado? Vemos pelos seguintes vieses: primeiro, temos que pensar a questão da autodeterminação camponesa desfazendo alguns equívocos; segundo, ter nessas condições base para a reflexão científica, mas também para pensar e propor políticas agrárias que lhes dizem respeito.

Assim, no âmbito da reprodução camponesa, pensar a questão de políticas agrárias sem considerar a diversidade com que estas se processam é equivocado. Encará-las apenas sob o viés do mercado pode conduzir-nos a equívocos ao tentarmos transformar esses trabalhadores em meros produtores de “mercadorias”, quando na verdade produzem também para o próprio consumo; e nisso, reproduzem significados do simbolismo que preencham seu espaço vivencial (como sentido de ter um *habitus* de classe que se manifesta). Ignorar estas dimensões da reprodução camponesa, sub-valorizando-as, é criar empecilhos para a auto-sustentação do trabalhador familiar camponês, pois esses não aceitarão perdê-la simplesmente porque o mercado ou “alguém” quer. Por outro lado, a administração do seu espaço e do seu tempo vincula-se às suas necessidades socioculturais (p.e., atividades religiosas e de lazer na comunidade, relações familiares, como a visita de parentes, ou simplesmente o repouso) e existenciais (p.e., a alimentação, vestuários e excedentes para comprar o que não produzem), para uma prática material do conceito de *viver bem*, ter *fartura*, e não de acumulação de dinheiro. Tudo isso nesse universo social e representacional é considerado *desenvolvimento e é revolucionário*.

Ainda, continuaremos aprofundando esses aspectos no restante deste trabalho.

U'